



Ata da 24.^a Reunião de Câmara | Ordinária
04 de setembro de 2023, 16:00h
Maia, Paços do Concelho

Ao quarto dia do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a vigésima quarta reunião de Câmara, ordinária.

A reunião começou por ser presidida pela Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, tendo sido presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago a partir da discussão do ponto treze.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
6. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
7. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
8. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Esteve ausente, por motivos devidamente justificados: o Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves (Coligação "Maia em Primeiro").



Esteve presente em regime de substituição: a Senhora Vereadora, Nísia Maria Durães Martins Marques (Coligação “Maia em Primeiro”).

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota que na reunião de Câmara de trinta e um de julho não esteve presente dado estar de férias, tendo sido aprovado o Plano Estratégico do Parque Metropolitano da Maia. Dado que desconhecia tal plano, solicitou que houvesse uma apresentação do mesmo para que fosse melhor contextualizado. Mais acrescentou que apesar do Senhor Vereador do PS, António Manuel Leite Ramalho, fazer parte da Comissão, questionava o porquê daquele programa estratégico ter sido aprovado numa altura em que a maior parte das pessoas estava de férias, nunca tinha sido avançado nada além do que tinha sido lançado pela imprensa e se tinha sido por alguma razão importante, como fundos comunitários.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos esclareceu que não era urgente, tendo já sido apresentado pela equipa que estava a trabalhar no dossier e constituída pela equipa local (membros da Câmara, membros da Assembleia Municipal e técnicos da DGU e do Planeamento, além da própria empresa). Mais acrescentou que não via necessidade em se fazer uma apresentação da mesma amplitude da já feita. Mais acrescentou que o Senhor Vereador Mário Nuno Alves de Sousa Neves não teria qualquer problema, com os técnicos camarários e o grupo de trabalho, em fazer uma breve apresentação, para esclarecer dúvidas. Mais solicitou à Chefe da UAOA e Secretária da reunião, Marisa Neves, para ser enviada a respetiva documentação/apresentação às Senhoras Vereadoras Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras e Marta Moreira de Sá Peneda, dado que estiveram ausentes da citada reunião camarária.

O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, falou sobre o incêndio em Pedrouços, prendendo-se a sua questão essencialmente com o facto de ter sido noticiado que quer a Câmara Municipal, quer a Junta de Freguesia, quer a Proteção Civil, já teriam sido alertadas para a situação do que poderia vir a acontecer. Questionava se era verdade e se tinha havido alguma atitude ou não, julgando que a questão do fogo de artifício estaria proibida naquela altura, não havendo licenças



emitidas para tal, sendo assim um ato ilegal. Mais questionou sobre as medidas tomadas ou a tomar e qual o ponto de situação.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, esclareceu que o incêndio tinha começado na Quinta do Prata, em Pedrouços, desconhecendo-se a origem do mesmo, dado ainda não se ter recebido o relatório da PSP e da polícia criminal. Todavia, havia indícios que apontavam a origem para um fogo de artifício realizado num evento a decorrer naquele espaço para o qual não teriam obtido licença junto das autoridades. Em relação às sebes e às suas alturas, deu nota que estavam numa zona urbana e o jardim era numa propriedade privada, não tendo a Câmara Municipal autoridade em intervir. As sebes estavam muito bem tratadas, não tendo sido esse o problema. O problema teria sido provavelmente o uso indevido do fogo que acabou por atingir várias casas no "Bairro da Brisa", em concreto, a casa número seis (totalmente destruída) e as casas números cinco e sete, de forma muito significativa. Mais referiu que se assegurou de imediato um realojamento de urgência da família numa das residências de emergência em Águas Santas e, ao mesmo tempo, foi identificado um alojamento provisório e um definitivo, sendo que a família seria realojada num T3, na Arroiteia, e num espaço de dum mês seria realojada definitivamente no Bairro da Brisa, na casa vinte e um. Mais acrescentou que tinham tomado algumas medidas no que dizia respeito à integração em creche da criança e houve uma reunião no sentido de se analisarem as licenças, os alvarás do alojamento e do realojamento e o apuramento de responsabilidades, não estando afastada a possibilidade se apresentar uma queixa crime contra a empresa. A Espaço Municipal fez o levantamento fotográfico e a memória descritiva de todas as casas que tinham sido danificadas, para ser enviado ao seguro.

2. Aprovação da ata da décima nona reunião de Câmara extraordinária de doze de julho de dois mil e vinte e três

A Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Secretária da reunião, Marisa Neves, deu nota que aquela reunião tinha sido realizada no Salão Nobre, tendo havido muitas dificuldades em fazer a ata, dado que os Senhores Vereadores não tinham feito as suas intervenções no púlpito e, conseqüentemente, o áudio não era muito perceptível, e daí ser presente um resumo muito sucinto. Mais acrescentou que os assuntos tinham sido apresentados na reunião de Câmara seguinte, votados,



e o Partido Socialista tinha apresentado declaração de voto. No entanto, e se assim fosse o entendimento, poderiam apresentar contributos à melhoria do texto da ata.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota que tinha enviado por *e-mail* uma proposta de alteração à sua intervenção.

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da décima nona reunião de Câmara extraordinária de doze de julho de dois mil e vinte e três, **aprovada por unanimidade**. Não participou na votação deste ponto o Senhor Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho, por não ter estado presente na reunião a que dizia respeito, nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

Tendo em conta as dificuldades técnicas com a gravação áudio da reunião a que a ata se reportava, seriam incluídas na ata os contributos a ser enviados pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista.

3. Comparticipação financeira a atribuir à Junta de Freguesia do Castelo da Maia para a realização de obras de reparação de pavimentos e pinturas no interior do edifício da Junta de Freguesia

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 5747/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta, tendo em vista a atribuição de uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia do Castelo da Maia, no valor de vinte e quatro mil novecentos e quatro euros e trinta cêntimos (24 904,30 euros), **aprovada por unanimidade**.

4. Fundo de Solidariedade Municipal para apoio financeiro em situações de emergência social – Reforço da comparticipação financeira para a valência apoio alimentar no segundo semestre de dois mil e vinte e três

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do



Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 41 407/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta para reforço da comparticipação financeira para valência “apoio alimentar” no segundo semestre de dois mil e vinte e três, tendo em vista a atribuição de: a) cinquenta mil euros (50 000,00 euros) ao Programa (Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade, através da Santa Casa da Misericórdia da Maia; b) nove mil trezentos e setenta e cinco euros (9375,00 euros) à Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Maia; c) quinze mil seiscientos e vinte e cinco euros (15 625,00 euros) às Conferências Vicentinas do Conselho de Zona da Vigararia da Maia e Conselho de Zona Nossa Senhora da Paz, através da Associação das Obras Sociais São Vicente de Paulo, de acordo e nos termos das minutas de contratos anexas, **aprovada por unanimidade**.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho não participou na votação, considerando o impedimento previsto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

5. **Concessão de benefícios públicos dois mil e vinte e três | Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Gondim (Festas em Honra do Divino Salvador de Gondim)**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 36 396/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a concessão de um benefício público à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Gondim, no valor de dois mil euros (2000,00 euros), para a realização das Festas em Honra do Divino Salvador de Gondim, **aprovada por unanimidade**.

6. **Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transportes de passageiros e respetiva assunção de encargos – Contrato de Serviço Público AMP – Transdev Norte, S.A. – dois mil e vinte e três**



Proposta subscrita pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal,
Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 42 431/23

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras deu nota que uma das questões que lhe tinha levantado dúvidas, foi o facto de não estar referido o término do contrato nem prevista a sua revogação. Estavam todos à espera, naturalmente, que fosse a um de novembro, mas, na sua opinião, deveria estar uma frase em que houvesse ligação entre as duas, ou seja, o contrato estaria em vigor até à entrada em operação do novo operador de transporte público rodoviário do lote um da Maia. Mais referiu que, se olhassem para o valor que se estava a pagar por cada veículo/km, era muito mais elevado do que estava no contrato que os operadores iriam agora receber a partir de um de novembro. Iriam ter um problema de impacto financeiro e, provavelmente, os operadores iriam pedir reequilíbrio contratual.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, esclareceu que o valor tinha sido definido pela Área Metropolitana. Mais esclareceu que, em relação à primeira questão, também a tinha colocado, e o que lhe tinha sido transmitido pela Chefe de Divisão, Adelina Rodrigues, foi que como se esperava a todo o momento o contrato de concessão, o novo teria que ser submetido à Câmara, e far-se-ia o fecho do que estava em vigor.

Depois de submetida a discussão e votação foi a minuta da adenda ao contrato interadministrativo bem como do pagamento de onze mil novecentos e trinta e três euros (11 933,00 euros), acrescido da taxa de imposto legal de IVA em vigor (6%),
aprovada por unanimidade.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

7. Abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um (1) posto de trabalho da carreira de Assistente Técnico – Animador Sociocultural

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 25 175/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho da carreira de assistente



técnico (animador social), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sendo o júri composto pelos seguintes elementos: Presidente: Júlio António Pereira Pinto Guimarães, Diretor do Departamento de Educação, Ciência e Cultura; Vogais Efetivos: Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão de Recursos Humanos, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Sandra Cristina Salsas Pascoal, Chefe da Divisão de Educação e Ciência; Vogais Suplentes: Raquel Alexandra Silva Santos, Técnica Superior da Divisão de Educação e Ciência e Susana Maria Costa Pinto, Técnico Superior da Divisão de Recursos Humanos, **aprovada por unanimidade.**

8. Concurso público por lotes, com publicitação Internacional para a “Celebração de dois acordos quadro singulares para beneficiação de vias municipais”

Proposta de decisão sobre pedido de esclarecimentos

Informação emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 45/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de decisão sobre pedido de esclarecimentos, **ratificada por unanimidade.**

9. Proposta de postura de trânsito na Rua do Calvário, freguesia de Águas Santas

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 39 396/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a implementação de sinalização de proibição de estacionamento bem como sinal de STOP e de estrada sem saída, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

10. Proposta de postura de trânsito na Travessa D. António Moutinho, freguesia de Águas Santas

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 40 653/23



Depois de submetida a discussão e votação foi a implementação de sentido único bem como a respetiva sinalização vertical, **aprovada por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

11. 28.ª edição do Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia – Fixação do preço dos bilhetes e aprovação da entrada de receita

Informação da Divisão da Cultura – registo n.º 41 324/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta, autorizando a fixação do preço dos bilhetes da vigésima oitava edição do Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia, no valor de cinco euros (5,00 euros) para aquisição de bilhete simples, cinquenta euros (50,00 euros) para aquisição do Passe Festival e doze euros (12,00 euros) para aquisição do Passe Fidelidade e entrada da receita nos cofres da Autarquia, **aprovada por unanimidade**.

12. Jornadas pedagógicas da rede de bibliotecas da Maia – Fixação do preço de inscrição e entrada de receita

Informação da Divisão da Cultura – registo n.º 40 996/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta, autorizando a fixação do preço das inscrições no evento, no valor de dez euros (10,00 euros) e entrada da receita nos cofres da Autarquia, **aprovada por unanimidade**.

13. Processo de alteração ao lote 2 do loteamento Praça do Oxigénio – em nome de Irmãos Borges – Imobiliária, S.A.

Informação pela Divisão de Gestão Urbana – registo n.º 929/23

O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, deu nota de uma pequena questão no despacho da Chefe de Divisão da Gestão Urbana, Susana Pimenta, em que no primeiro ponto abordava a alteração da área do lote, principalmente a parte do subsolo, mas no ponto seguinte, quanto à realização de escritura de permuta para o efeito, remetia para superior consideração essa necessidade formal, podendo ser relevante para o efeito o facto da operação de loteamento em vigor ter sido de iniciativa municipal, questionando-se se poderia o Município deliberar quanto à retificação solicitada à delimitação do lote sem alteração na sua área. Questionou se



não deveria haver um parecer jurídico e se o visto do Senhor Presidente de “concordo” era ou não para os pontos um e dois.

A Senhora Vice-Presidente Emília de Fátima Moreira dos Santos esclareceu que seria para os dois.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho solicitou uma explicação relativa à informação da Técnica Cláudia Pereira, e que era a segunda informação técnica do processo, simplesmente por não entender a existência da mesma.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, esclareceu que tinha havido um pedido de esclarecimento posterior ao despacho, tendo o Diretor do Departamento de Sustentabilidade Territorial, Francisco Cunha, dado nota que não havia alteração à área do lote.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho, como não tinha tido acesso a documentos desenhados, gostaria que lhe fosse explicado em que consistia aquela alteração.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, prestou esclarecimentos aos Senhores Vereadores com base nos documentos desenhados. Mais deu nota que o pedido de alteração era para que a área do lote se confinasse naturalmente ao que era o limite da propriedade e não haver desacerto, existindo apenas uma pequena alteração na área abaixo do nível de solo.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho referiu que então havia uma alteração da configuração do lote, mas não havia uma alteração da área do lote.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, salientou que a área do lote se mantinha, sendo um acréscimo da área de construção abaixo do solo para garagens e estacionamento.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, referiu que não seria só uma alteração da área de impermeabilização e da área de construção, mas era também uma alteração da área da configuração do lote.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, esclareceu que a alteração decorria da necessidade de se fazer a reconfiguração do lote.



O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho deu nota que se subentendia que fosse essa a dúvida que era levantada na informação técnica.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, esclareceu que no despacho proferido por ela própria, era feita referência a que, tendo em conta que era um loteamento de iniciativa municipal e que não havia alteração à área do lote, se haveria necessidade de se fazer uma escritura de permuta. O esclarecimento vinha na fls. seis do ponto, onde era proposto que fossem feitos o deferimento e a concessão da licença, uma vez que não havia qualquer alteração à área do lote.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho deu nota que a sua dúvida política era se havia necessidade ou não do procedimento administrativo no âmbito de uma alteração que era do domínio privado municipal para domínio público municipal.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, esclareceu que era um loteamento de iniciativa municipal e aquela incongruência também decorria de aquilo que a Câmara Municipal fornecia, sendo no fundo tentar retificar e clarificar aquilo que era o limite de propriedade.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, referiu que no fundo havia a necessidade de se fazer uma alteração de uma área, mínima que fosse, do domínio privado municipal, o lote era do domínio privado municipal, e a via era do domínio público municipal, e a retificação do desenho da configuração do lote implicava essa alteração. A sua questão era qual seria o procedimento mais adequado para se fazer essa alteração de configuração do lote.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, referiu que tinha sido entendimento dos Técnicos, que uma vez que estavam a falar do domínio municipal e que havia uma permuta da mesma área, não haveria qualquer alteração a fazer em termos de definição de uma nova área do lote, que poderia ser dispensado aquele procedimento.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientou que tinha compreendido a resposta, mas que a dúvida continuava.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emília de Fátima Moreira dos Santos, deu nota ao Senhor Presidente que a questão colocada pelo Senhor



Vereador António Manuel Leite Ramalho era se estavam perante uma decisão técnica ou política, ou se a maioria sufragava a decisão técnica.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que para aprovar tinham que sufragar.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, esclareceu que a alteração ao loteamento existia e que não era essa a questão.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, referiu que o lote era da Câmara Municipal, do domínio privado municipal, desconhecendo se ainda era ou não.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que tinha sido vendido em hasta pública pelo Município.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, referiu que, se era, a sua dúvida ainda tinha mais fundamento. Naquele momento o lote era privado e havia uma alteração da configuração do lote, havendo uma pequena parte de m², não se alterando a área, mas sim a configuração. A dúvida do PS era qual seria o procedimento administrativo mais adequado para regularizar uma área do domínio público municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, deu nota que no fundo havia uma permuta de cerca de doze metros quadrados e que havia uma alteração ao alvará de loteamento que tinha na sua génese a propriedade pública municipal; e que os Serviços Técnicos informaram que isso estava resolvido e que, em termos formais, essa alteração estava materializada, visto que as áreas se compensavam, pelo que não viam necessidade da realização de uma escritura.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, ressaltou que, para ele, o lote configurava (essa necessidade).

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, esclareceu que a alteração ao loteamento era o procedimento que estava em curso.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientou que não era isso que estava em causa, mas sim a configuração geométrica.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que, e por forma a que não se ficasse com nenhuma reserva, também não via nenhum problema em que fosse celebrada escritura.

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana, Susana Pimenta, deu nota que teriam que fazer desafetação.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, deu nota que não estavam ali a fazer nenhuma afirmação, mas sim a questionar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, mais acrescentou que as questões políticas assentavam em questões técnicas e jurídicas. Se a Câmara Municipal não queria incorrer de modo nenhum numa fragilidade técnica/jurídica, ir-se-ia então fazer a escritura, salvaguardando os interesses de todas as partes.

O Senhor Vereador, António Manuel Leite Ramalho, deu nota que gostaria de fazer uma ressalva para explicar as minudências técnicas referidas pelo Senhor Presidente da Câmara, que na sua opinião, não o eram, porque a desafetação de uma área do domínio público para o privado, era uma decisão política, e o que estava em causa era uma desafetação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que a aprovação de um projeto era uma decisão política ou por via de lei ou por decisão municipal, e que ele próprio tinha sido capacitado para agir em conformidade. Mais referiu que o que estava em discussão era uma decisão meramente técnica, mas quem decidia era quem governava. A decisão era assente em análises técnicas/jurídicas.

Depois de submetida a discussão e votação foi o deferimento e concessão da alteração ao lote 2 do Loteamento Praça do Oxigénio, com sujeição às condições impostas nas informações técnicas prestadas nos PI:2284/23,2 e PI:2284/23,3, **aprovado por unanimidade**. Mais se deliberou que a aprovação ficaria condicionada ao processo de desafetação e consequente realização da escritura de permuta.



14. Pedido de isenção de taxas de licenças para evento – caminhada solidária a decorrer no dia dezassete de setembro dois mil e vinte e três – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 37 749/23

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços, **aprovado por unanimidade.**

15. Pedido de isenção de taxas de diversas licenças para evento religioso, Festas da Nossa Senhora da Guadalupe a decorrer em Águas Santas de um a quatro de setembro – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Águas Santas

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 37 997/23

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Águas Santas, **aprovado por unanimidade.**

16. Pedido de isenção de taxas de licenças para as festas em Honra do Senhor da Santa Cruz a realizar de sete a dez setembro de dois mil e vinte e três – Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Barca

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 37 772/23

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Barca, **aprovado por unanimidade.**

17. Pedido de isenção de taxas de licença especial de ruído – SINOP – António Moreira dos Santos, S.A.

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 10 692/23

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas



solicitado pela firma SINOP – António Moreira dos Santos, S.A., **aprovado por unanimidade.**

18. Pedido de isenção de taxas de licença especial de ruído para evento a decorrer em Gemunde a quinze/sete/dois mil e vinte e três – Junta de Freguesia do Castelo da Maia

Informação emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 35 859/23

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Junta de Freguesia do Castelo da Maia, **aprovado por unanimidade.**

19. Alteração Orçamental Modificativa (revisão) aos Documentos Previsionais de dois mil e vinte e três: sexta ao Orçamento da Receita; sexta ao Orçamento da Despesa; quinta ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI); sexta ao Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM)

Informação emanada pelo Departamento de Finanças e de Património – registo n.º 42 628/23

Depois de submetida a discussão e votação foi a alteração orçamental modificativa (revisão) aos Documentos Previsionais de dois mil e vinte e três: sexta ao Orçamento da Receita, sexta ao Orçamento da Despesa; quinta ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e sexta ao Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM), **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos no disposto no ponto 8.3.1.4 do POCAL e alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

20. Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais de dois mil e vinte e três: quinta ao Orçamento da Receita; quinta ao Orçamento da Despesa; quarta ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI); quinta ao Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM)

Informação emanada pelo Departamento de Finanças e de Património – registo n.º 41 608/23

Foi tomado conhecimento.



Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos no disposto no ponto 8.3.1.3 do POCAL e alínea d) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

21. **Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, EMEM - Revisão ao Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e três e Plano para o triénio dois mil e vinte e três - dois mil e vinte e seis**

Ofício emanado da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, EMEM – registo n.º 42 290/23

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos no disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.



Pelas dezassete horas e trinta e um minutos o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 16 (dezasseis) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 04 de setembro de 2023